

WORKSHOP

PÁGINA

3

Joinville Jazz Festival recebe inscrições para cinco oficinas com "feras" da música.

TELEVISÃO

PÁGINA

4

"Turma do Gueto", da Record, entra em sua terceira fase e garante bom índice de audiência.

Fotos Pena Filho



Joinville — "Se a Lei Rouanet for revogada hoje, a produção cultural do País cai como um castelo de cartas." A afirmação é do advogado e diretor do Instituto Pensarte, Fábio Cesnik, que esteve ontem em Joinville, participando do seminário Mercado + Cultura — A Arte de Investir. Isso porque, explica, existe todo um conjunto de ações que se estruturaram em cima dessa legislação.

preocupado com certas falas do governo que deixam transparecer preconceito em relação ao incentivo cultural. "Fala-se muito em fomento e pouco em incentivo", enfatiza. Para Cesnik, o coerente é a criação de um fundo governamental e a manutenção da lei de incentivo onde o Estado e iniciativa privada se associam em prol de projetos que tragam benefícios à sociedade. "O que falta é critério para elencar as prioridades e canalizar

Chico Saraiva é atração, hoje, na Capital. **PÁGINA 3**

Anexo

QUARTA-FEIRA • 9/7/2003

SANTA CATARINA

A NOTÍCIA
Santa Catarina



NÃO JOGUE O
JORNAL NO LIXO
PAPEL É RECICLÁVEL

Perigo

Infográf

FONTE: INSTITUTO PENSA

REALIDADE BRASILEIRA

82%

dos municípios
brasileiros não
contam com
museus

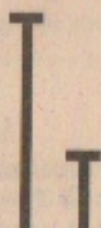
84,5%

não
têm teatro

92%

não têm
sala de cinema

Sistemática
do patrocínio
cultural no
País é
dependente
das leis de
incentivo,
que correm
risco com a
reforma
tributária



O mesmo acontece com as leis de incentivo estaduais que correm o risco de serem extintas com a reforma tributária que mexe diretamente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Proposta pelo governo Lula, a reforma está cercada por especulações uma vez que o Estado não divulgou um texto oficial para que o mercado, os produtores e os investidores analisem e divulguem parecer. A situação pode comprometer projetos que já estão em andamento e alterar completamente o sistema que existe há oito anos desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na opinião de Cesnik, não há como negar que o incentivo fiscal acabou sobrecarregado pela falta de critérios e orientações para a canalização dos investimentos, mas ainda é muito cedo para retirar esse mecanismo de ação. "Nos Estados Unidos isso ocorreu 70 anos após a criação, quando já existia uma cultura de investimento. No Brasil são apenas dez", justifica.

Considerado uma autoridade quando se fala em lei de incentivo a cultura, o especialista observa que se o País quiser conquistar avanços, antes precisa buscar um conjunto de benefícios diversificados de modo a saber os critérios "de e para" cada investimento. "Atualmente o que vale mesmo é o lobby, feito especialmente pelos políticos", lamenta.

Com trânsito livre no Ministério da Cultura (MinC), o advogado mostra-se

os investimentos. Entre os Estados que mais utilizam o mecanismo estão Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, o Estado mantém a lei de incentivo enquanto na capital, Porto Alegre, existe um fundo de investimento. O especialista observa, no entanto, que as leis continuam em vigor. "Assim, é preciso saber como usar dessas prerrogativas, quem pode conquistar o benefício e o retorno que traz aos investidores", completa.

O governo de Santa Catarina está disponibilizando em 2003 R\$ 5,96 milhões para o setor. Os recursos provêm de 0,3% do ICMS do Estado, através da renúncia fiscal. O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, criado em 1998, tem duas modalidades, o Fundo de Incentivo, que dispõe para este ano de R\$ 1,78 milhões e o mecenato, com R\$ 4,17 milhões, para captação através das empresas recolhedoras do ICMS.

O seminário Mercado+Arte foi aberto pelo consultor do Instituto Pensarte, Leonardo Brant que falou sobre planejamento cultural. Além de mostrar as disparidades no cenário nacional, onde 85% dos recursos ficam no Sudeste e apenas 0,03% são destinados ao Nordeste, uma das regiões mais pobres do País, Brant defende que a reforma tributária contemple um sistema de escalonamento. Para ele, quanto menor a empresa, maior deve ser o direito de investimento em projetos culturais.



AÇÃO

Cesnik (E) e Brant (alto) buscam sensibilizar empresários e produtores sobre renúncia fiscal no setor

